

**Metrobus Transporte Coletivo S.A.**  
Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023  
CPF/CNPJ 02.392.459/0001-03

Metrobus Transporte Coletivo S/A Balanco Patrimonial em 31 de dezembro Em Reais Mil							
Ativo	Notas explicativas	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas explicativas	2023	2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	852	26.869	Fornecedores	10	159	3.485
Contas a receber	4	12.717	9.615	Salários e encargos sociais	11	5.127	3.090
Estoques	5	4.715	4.074	Impostos e contribuições a recolher	12	506	13.240
Adiantamentos	6	537	272	Contas a pagar	13	4.948	11.848
Impostos a recuperar	7	110	-				
		<b>18.931</b>	<b>40.830</b>			<b>10.740</b>	<b>31.663</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Provisão para contingências	14	19.513	38.570
Depósitos judiciais	8	7.650	7.186	Impostos e contribuições a recolher	15	6.692	6.132
		<b>7.650</b>	<b>7.186</b>			<b>26.205</b>	<b>44.703</b>
Investimentos		51	51				
Imobilizado	9	21.035	31.266	<b>Patrimônio líquido</b>	18		
				Capital social (a)		221.702	221.702
				Reservas de lucros		86	86
				Reservas de reavaliação		6.655	6.738
				Prejuízos acumulados		(217.721)	(225.559)
		<b>21.086</b>	<b>31.317</b>			<b>10.722</b>	<b>2.967</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>47.667</b>	<b>79.333</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>47.667</b>	<b>79.333</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em Reais Mil			
Composição das Contas de Resultados	Notas explicativas	2023	2022
<b>Receita líquida de vendas de serviços</b>	16		
Transporte operacional	16-a1	59.988	77.258
Permissionários		1.463	1.405
Receita de subvenção - Econômica	16-a2	15.296	38.067
Deduções de vendas de serviços		(1299)	(1585)
Outras	16-a3	115	17.882
<b>Receita líquida de vendas de serviços</b>		<b>75.563</b>	<b>133.028</b>
Custo dos serviços prestados	16-b	(78.754)	(100.027)
<b>Lucro bruto</b>		<b>(3.191)</b>	<b>33.001</b>
Receitas e despesas operacionais			
Despesas administrativas	16-b2	(12.629)	(13.059)
Causas cíveis, trabalhistas e tributárias	16-b2.1	(3.762)	(20.487)
Outras receitas e despesas operacionais	16-b2.2	35.664	3.341
<b>Lucro/prejuízo operacional</b>		<b>19.273</b>	<b>(30.206)</b>
		<b>19.270</b>	<b>2.795</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	16-b3	(794)	(159)
Receitas financeiras		1.792	128
		<b>998</b>	<b>(31)</b>
<b>Receitas/despesas não operacionais</b>	17		
Despesas Pessoal a disposição	17-a	(11.500)	-
Alienação de Bens (Prejuízo Venda de Imobilizado)	17-b	(6.480)	-
Receita de subvenção pessoal a disposição	17-c	8.655	-
		<b>(9.325)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>7.755</b>	<b>2.764</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>7.755</b>	<b>2.764</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em Reais Mil		
	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro / (Prejuízo) do exercício	7.755	2.764
Depreciação e amortização	5.736	5.531
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	3.762	14.617
Perda na alienação do imobilizado	6.713	-
Reversão de provisões despesas, cíveis e trabalhistas	(4.034)	-
Reversão de passivo tributário	(30.393)	-
	<b>(10.461)</b>	<b>22.912</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos</b>		
Contas a receber	(3.101)	(4.943)
Estoques	(641)	(927)
Impostos a recuperar	(110)	-
Adiantamentos	(265)	(4)
Depósitos judiciais	(464)	-
	<b>(4.581)</b>	<b>(5.874)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivo</b>		
Fornecedores	(3.326)	(1.530)
Impostos e contribuições a recolher	(12.174)	(98)
Salários e encargos sociais	2.037	120
Contas a pagar	(6.900)	3.287
Provisão para contingencias passiva	(19.057)	-
	<b>(39.420)</b>	<b>1.779</b>
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>(54.462)</b>	<b>18.817</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Venda de bens do ativo imobilizado	6.751	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2.257)	(2.611)
<b>Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>4.494</b>	<b>(2.611)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Subvenção para custeio	23.951	-
<b>Caixa Líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>23.951</b>	<b>16.206</b>
<b>(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(26.017)</b>	<b>16.206</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.869	10.663
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	852	26.869
	<b>(26.017)</b>	<b>16.206</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado abrangente Em Reais Mil		
	2023	2022
Lucro/Pejuízo do exercício	7.755	2.764
Realização da reserva de reavaliação	83	83
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>7.838</b>	<b>2.847</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em Reais Mil						
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	L / P acumulados	Lucro do exercício	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>221.703</b>	<b>86</b>	<b>6.820</b>	<b>(228.406)</b>	<b>-</b>	<b>203</b>
Reversão do capital a integralizar	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(83)	83	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	2.764	-	2.764
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>221.703</b>	<b>86</b>	<b>6.737</b>	<b>(225.559)</b>	<b>-</b>	<b>2.967</b>
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(83)	83	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.755	7.755
Destinação do lucro	-	-	-	-	(7.755)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>221.703</b>	<b>86</b>	<b>6.654</b>	<b>(217.721)</b>	<b>-</b>	<b>10.722</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2023**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Informações gerais**  
A Metrobus Transporte Coletivo S.A. Constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.  
Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de

transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.  
Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com intervenção do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia- Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Setransp, instrumento de Acordo Operacional "Subsistema Anhanguera," para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte-

Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00 % para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38 % para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12 % para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 06 meses, obedecendo aos seguintes percentuais, 47,30 % para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35 % para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12 % para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50 % para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73 % para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos –Redemob para de forma conjunta e compartilhada a: i) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitana, e iii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. Em 2018 a Companhia participou com os seguintes percentuais sobre as receitas e despesas geradas pelo Consórcio: i) 27,31 % (janeiro a agosto), 26,02 % (setembro a novembro) e 7 % (dezembro). Conforme proposta de Deliberação nº 04/2018 de 19/10/2018 da RedeMob Consorcio, a partir de dezembro 2018 o modelo de rateio de despesas de "custeio do consorcio" foi alterado pelo modelo de custeio consolidado do Sitpass e Consorcio no percentual de 15 % (Sitpass 8 % e consorcio 7 %) sobre o montante da receita operacional bruta de cada concessionária RMTc, vinculada a RedMob Consorcio. A partir de 2020, conforme Proposta de Deliberação (PD)Nº006/2019 da RedeMob Consórcio ficou deliberado o custeio de 14 % (Sitpass 8 % e consórcio 6 %), sobre valor atribuído a Metrobus do SMA. Para manutenção das atividades da companhia o acionista majoritário "Governos do Estado de Goiás" através da Lei de Subvenção20.733 de 17 de janeiro de 2020, e alterada pela Lei 20.818 de 27 de julho de 2020, aprovou para a Metrobus o montante de R\$ 18.700.000,00. (Dezoito milhões e setecentos mil reais). As subvenções econômicas autorizadas destinam-se-ão para a cobertura dos déficit de manutenção das estações mencionadas, consoante art. 18 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Conforme valor aprovado de subvenção, e por conta da pandemia a empresa recebeu durante o ano de 2020 do acionista Estado de Goiás o montante de R\$ 17.400.000,00(Dezessete Milhões e Quatrocentos Mil Reais).

Em 2021 a Companhia recebeu R\$ 39.772.822,54 (Trinta e Nove milhões Setecentos e Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Quatro Centavos).

Em 2022 a Companhia recebeu R\$ 38.067.445,15 (Trinta e Oito Milhões, Sessenta e Sete Mil, Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais e Quinze Centavos).

Em 2023 a Companhia recebeu R\$ 42.534.334,67 (Quarenta e Dois Milhões, Quinhentos Trinta e Quatro Mil, Trezentos e Trinta e Quatro Reais e Sessenta e Sete Centavos, e conforme a Lei Complementar/2015 (CONTA CUTE - CONTA ÚNICA DO TESOURO ESTADUAL), a Estatal devolveu ao caixa do Estadual por força da Lei o montante de R\$ 18.583.316,04 (Dezoito Milhões Quinhentos e Oitenta e Três Mil, e Trezentos e Dezesseis Reais e Quatro Centavos, ficando o valor líquido no exercício de R\$ 23.951.018,63 (Vinte e Três Milhões, Novecentos e Cinquenta e Um Mil, Dezoito Reais e Sessenta e Três Centavos).

## 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 4 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil do imobilizado.

Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas.

As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 17/04/2024, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2023.

### Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter, com base em uma expectativa razoável, a reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

### Pronunciamentos novos e revisados

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigentes que poderiam determinar um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

### 2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

### 2.3 Ativos financeiros

#### 2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

#### (a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, e após a data do balanço são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem: contas a receber, demais a receber, caixa e equivalentes de caixa.

#### 2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. E os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são subsequentemente contabilizados

pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo a amortizado, usando o método a taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo, de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

### 2.4 Contas a receber

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

### 2.5 Estoques

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa.

### 2.6 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico da aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas oficiais.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos, da mesma forma, a média de vida útil é mencionada no Contrato de Concessão, para substituição do ativo.

### 2.7 Intangíveis

Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos.

### 2.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

### 2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo-não-circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado como uso do método de taxa efetiva de juros.

### 2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

### 2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, já deduzida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

### Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado a taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

### 2.12 Contrato de concessão

Pela concessão dos serviços correspondentes ao lote nº 01 Linha Eixo Anhanguera da Rede Metropolitana de Goiânia (RMG), contrato nº 001/2011, a companhia "Cessionária" pagará mensalmente a CMTc, a título de Parcela do Poder Concedente – PPC o valor correspondente a 2 % (dois por cento) da sua receita operacional bruta arrecadada da cobrança das tarifas.

### 3 – Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	852	26.869
	852	26.869

Pelo fato da empresa ter ingressado na conta Única do Tesouro Estadual (CUTE) à partir de 01/05/2023, ou seja, todo o valor em caixa da conta Metrobus foi transferido para a conta CUTE (Conta Única do Tesouro Estadual).

E conforme a Lei Complementar 121/2015 Art. 6º, todo saldo excedente financeiro seja devolvido ao Tesouro Estadual, sendo a devolução no montante de R\$ 18.583 Mil, haja vista que, o saldo remanescente de 852 Mil foi para cumprir com as obrigações do RAP (Resto a pagar), valores empenhados em 2023.

### 4 – Contas a Receber

	2023	2022
Perdas estimadas credits duvidosos	(3.496)	(3.496)
Filial-C.M.T.C.	-	2.508
Repasso Estado Semi-Urbano Entorno de Goiânia	-	547
Outras contas a receber	7.143	10.056
Contas a Receber CUTE	9.070	-
	12.717	9.615



A companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.  
O saldo de R\$ 3.496 Mil, é composto por valores decorrentes de créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a companhia foi responsável solidária em débitos trabalhistas, em decorrência de ações movidas contra estas empresas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, com base na análise individual de cada devedor, realizou registros contábil de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.  
Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.  
Relativamente ao crédito vinculado à Filial - CMTC, também lançado em Contas a Pagar, refere-se a déficit verificado quando da gestão, pela Companhia, do denominado Subsistema Alimentador Local, no período de 22/6/2003 a 31/8/2003, conforme informação Departamento Jurídico houve a baixa pelo encontro de contas, lançado em contas a receber e contas a pagar, houve a celebração de Termo de Encontro de Contas com a CMTC, no valor de R\$ 2.508 Mil.  
Quanto ao crédito "Repasse Estado Semi-urbano", foram repassados todos os valores, em 2023. Valores a receber Tarifa Técnica (Prefeitura de Senador Canedo e de Aparecida de Goiânia) e Passe Livre Estudantil que somam o montante acumulado em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 7.143 Mil.

Contas a receber CUTE (Conta Única do Tesouro Estadual), inclui valores em trânsito, ou seja, os Dares (Documento de Arrecadação) emitidos, quitados, mas ainda não transferidos pelo Tesouro Estadual para a conta CONTÁ METROBUS, o montante acumulado em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 8.659 Mil.  
Bem como, os valores a receber de permissionários no valor de R\$ 410 Mil. São valores a receber do mês de dezembro/2023, como expectativa de recebimento em janeiro/2024.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2022	2022
Saldo inicial	(3.496)	(3.495)
Novos registros	-	(1)
Saldo final	<b>(3.496)</b>	<b>(3.496)</b>

**5 - Estoques**

	2023	2022
Bens de Consumo - Operadora	4.645	3.981
Bens de Consumo Administração	70	93
	<b>4.715</b>	<b>4.074</b>

Os estoques são avaliados e demonstrados ao Custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição, o custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa, reposição de estoque para manutenções preventivas e corretivas.

**6 - Adiantamentos**

	2023	2022
Férias e 13º Salário	433	176
Outros	104	96
	<b>537</b>	<b>272</b>

São valores adiantados a fornecedores, pagamento antecipado de seguro e férias dos funcionários da empresa Metrobus, bem como as férias dos funcionários à disposição, regidos pelas normas da CLT.

**7 - Impostos e contribuições a recuperar**

	2023	2022
Impostos a recuperar	110	-
	<b>110</b>	<b>-</b>

O saldo remanescente de impostos a recuperar foi compensado parte em 2023, e o restante a será compensado em 2024.

**8- Depósitos judiciais**

	2023	2022
Depósitos Judiciais	7.650	7.186
	<b>7.650</b>	<b>7.186</b>

Os referidos depósitos estão atrelados a processos trabalhistas e cíveis movidos contra Companhia.

**9 - Imobilizado**

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia. A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas, foram suspenso a depreciação dealguns veículos os quais se tornaram obsoletos.

**A movimentação do imobilizado em 2023 é demonstrada a seguir:**

Descrição	2023		2022	
	Taxas Anuais de Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2022
<b>Imobilizado</b>		<b>21.035</b>	<b>36.822</b>	<b>47.053</b>
<b>Imobilizado Operadora</b>		<b>15.620</b>	<b>36.752</b>	<b>46.900</b>
<b>Operadora</b>		<b>104.796</b>	<b>2.257</b>	<b>41.246</b>
Equipamentos/Instalações		1.352	299	1.062
Moveis e Utensilios		452	119	359
Edificações		593		593
Terrenos		442		442
Veículos de Apoio		329		329
Frota de Ônibus		270	520	790
Software - Programas		125	6	131
Frota de Ônibus Novos		100.515	1.838	40.684
Benefitoria		719		719
Moveis e Utensilios ADM		-	-	-
<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>-89.176</b>	<b>34.495</b>	<b>5.654</b>
Equipamentos/Instalações		-830	10	-730
Moveis e Utensilios	10% a 40%	-296	27	-300
Edificações	4%	-324		-300
Veículos de Apoio	7% a 20%	-326		-325
Frota de Ônibus	8% a 25%	-270	520	-790
Software - Programas		-125	6	-131
Frota de Ônibus Novos		-86.679	33.933	5.467
Brnfeitoria em Propriedade de Terceiros		-326		-296
<b>Reavaliação</b>		<b>7.990</b>	<b>-</b>	<b>70</b>
Equipamentos/Instalações		127		8
Moveis e Utensilios		26		7
Edificações		2.612		2.612
Terrenos		4.375		4.375
Veículos de Apoio		99		99
Frota de Ônibus		745		55

	5	1	6
Software - Programas			
<b>Depreciação</b>	<b>-2.575</b>	<b>70</b>	<b>-2.562</b>
Equipamentos/Instalações	-127	8	-135
Moveis e Utensilios	-26	7	-32
Edificações	-1.573	83	-1.490
Veículos de Apoio	-99		-99
Frota de Ônibus	-745	55	-800
Software - Programas	-5	1	-6
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	
Investimentos	51	51	
Imobilizado	21.035	31.266	
	<b>21.086</b>	<b>31.317</b>	

**10 - Fornecedores**

	2023	2022
Fornecedores no país	159	3.485

AAdministração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores na data de 31 de dezembro de 2023, e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras no exercício de 2023.

**11 - Salários e encargos sociais**

	2023	2022
I N S S	-	1.009
Salários a pagar	29	10
Provisão de férias	5.098	2.081
	<b>5.127</b>	<b>3.090</b>

**12 - Impostos e contribuição a recolher**

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
COFINS	4	3
PIS/PASEP	1	1
I S S Q N (a)	-	7.041
REFIS Municipal -ISSQN Parcelamento (a)	-	5.132
INSS Retenções	119	100
Outros Impostos e contribuições a recolher(d)	382	963
	<b>506</b>	<b>13.240</b>

**13 - Contas a pagar**

	2023	2022
Contas a Pagar Filial (a)	-	2.507
Acordos Judiciais(b)	280	131
CIA Metropolitana de Transportes	2.524	3.072
Saneago (b)	2.144	233
Plano Socorro Emergencial União (c)	-	4.793
Outras	-	1.112
	<b>4.948</b>	<b>11.848</b>

(a) Foi observado uma redução significativa no período, relativamente ao crédito CMTC, também lançado em Contas a receber, refere-se a déficit verificado quando da gestão, pela Companhia, do denominado Subsistema Alimentador Local, no período de 22/6/2003 a 31/8/2003, conforme relatório jurídico houve a baixa pelo encontro de contas, lançado em contas a receber e contas a pagar, houve a celebração de Termo de Encontro de Contas com a CMTC, no valor de R\$ 2.508 Mil.  
(b) Houve também ingresso do saldo R\$ 2.144 Mil, referente a um acordo realizado com a Saneago.  
(c) Baixado também o saldo de R\$ 4.792 Mil, do plano de socorro emergencial da União, passe Livre do idoso.

(b) Houve também ingresso do saldo R\$ 2.144 Mil, referente a um acordo realizado com a Saneago.

(c) Baixado também o saldo de R\$ 4.792 Mil, do plano de socorro emergencial da União, passe Livre do idoso.

**14 - Não Circulante**

**Contingências**

Conforme as avaliações de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos e também das avaliações da administração da Companhia, foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme a seguir:

	2023		2022	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais	Contingências líquidas depósitos judiciais	Contingências líquidas depósitos judiciais
Cíveis	5.608	95	5.513	7.129
Trabalhistas	4.510	390	4.120	3.826
Tributário	9.395	-	9.395	27.615
	<b>19.513</b>	<b>485</b>	<b>19.028</b>	<b>38.570</b>

Procedemos a baixa dopassivo Contingências Tributárias, referente a ações de processos tributários, foi realizado recurso administrativamente junto a Receita Federal do Brasil, sendo o Auto de Infrações INSSDesoneração da folha 2017 e 2018, o qual recolhemos com base na Receita Bruta (CPRB). Recebemos uma fiscalização por parte da Receita Federal do Brasil, na qual foi apontado no entendimento da fiscalização, por não ter recolhido a primeira parcela do mês de janeiro de 2017 e Janeiro de 2018 em dia, perderíamos o direito de recolher o INSS, sobre a desoneração, e passaria a ser recolhido 20 % sobre a folha de pagamento. Após o julgamento obtivemos êxito no processo de 08/2018 a 12/2018. Êxito que deve se repetir em outro processo, referente ao período de 01/2017 a 07/2018, sendo objeto da mesma natureza, o qual deve seguir o mesmo fluxo.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2022		2023	
	Inicial	Transf. Adições	Final	Inicial
Cíveis	7.940	-811	7.129	7.129
Trabalhistas	5.074	-1.247	3.826	3.826
Tributários	10.940	-16.676	27.615	27.615
	<b>23.954</b>	<b>-14.618</b>	<b>38.570</b>	<b>38.570</b>

**15 - Impostos e contribuição a recolher**

	2022	2021
Parcelamento PGFN LEI 11.941(b)	2.710	2.601
Parcelamento PGFN LEI 12.996/14 (b)	3.640	3.531
Parcelamento convencional INSS(c)	341	-
	<b>6.692</b>	<b>6.132</b>

(a) O montante de R\$ 12.172 Mil, foi baixado a provisão do ISSQN a pagar, os quais estamos tendo êxito nas decisões judiciais, e passaram a configurar no relatório de contingências jurídicas como remoto.

(b) Em 2017, a Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) nos termos da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, com o objetivo de inclusão e liquidação dos débitos inscritos na Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, mediante benefícios com redução de juros, multas e encargos legais, bem como utilização de créditos e prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Na data da consolidação, em decorrência de problemas no sistema eletrônico de dados da PGFN, os débitos da Companhia junto a PGFN não foram consolidados. AAdministração tomou



as providências para que ocorresse a consolidação de forma manual, mediante pedido administrativo enviado para a PGFN.

Na data de encerramento do exercício a PGFN excluiu nosso parcelamento, e até o presente momento, o órgão alegava não possuir mecanismos para efetuar a consolidação dos débitos, inclusive fomos notificados a negociar os débitos pendentes, sob pena de perder os benefícios da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017. Foi realizado o recolhimento do saldo remanescente do pedágio dos 5%, e que o restante iria ser pago com prejuízo fiscal em uma única parcela, entramos com recurso administrativo para voltar a adesão ao PERT com todos benefícios a nos concedidos conforme previsto na Lei que rege a matéria.

(c) A variação de R\$ 560 Mil, haja visto que, tivemos novos ingressos de parcelamentos, INSS Gil Rat, e atualizações monetárias dos parcelamentos do Pert (Programa Especial de Regulação Tributária), das Leis 11.941/2009 e 12.996/2014.

**Composição das contas de resultado**

**16 - Receita líquida de vendas de serviços**

	2023	2022
Transporte urbano Operação (16- a1)	59.988	77.258
Permissionários	1.463	1.405
Receita de Subvenção (16-a2)	15.296	38.067
Outras (16-a3)	115	17.882
Deduções de Venda de Serviços	(1.299)	(1.585)
Receita líquida de venda de serviços	<b>75.563</b>	<b>133.028</b>

**(a) Receita Bruta de Vendas de serviços Operacional**

	2023	2022
Eixo anhanguera	222	573
Sistema de vale transporte	29.860	45.371
Repasse semi- urbano	3.351	7.734
Subvenção Econômica Lei Estadual 20.733/2020 (a2)	15.296	38.067
Plano Socorro Emergencial Estado de Goiás (a3)	-	10.889
Plano Socorro Emergencial Prefeitura de Goiânia (a3)	-	6.993
Complemento tarifário cidades do entorno e estado (a1)	26.724	23.581
Permissionários	1.463	1.405
Outros	115	-
	<b>77.031</b>	<b>134.613</b>

**(a1) Receita Tarifa Complemento Tarifário**

A Lei complementar 169 instituiu o complemento tarifário a partir de maio/2022 que disciplina a Rede Metropolitana de Goiânia, e alterado pela Lei 171 de 29 de dezembro - 2021, com serviços operados de acordo com a proporção do sistema de cada ente federativo, onde a apuração da bilheteagem é feita pelo consórcio Redemob pela quantidade de usuários, e os valores a receber são emitidos para a CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivos), sendo o órgão responsável pelo recebimento conforme participação dos entes (Estado de Goiás, Prefeitura de Goiânia, Prefeitura de Aparecida de Goiânia e Senador Canedo), e quando do recebimento de cada ente repassa as concessionárias, a Estatal Metrobus emitiu faturas para a CMTC no montante de 26.724 milhões no exercício de 2022.

**(a2) Receita de Subvenção**

A Companhia recebeu recursos de subvenção econômica do Tesouro Estadual, valor líquido na ordem de R\$ 23.951 Milhões, para complementar o custeio da operação da companhia.

A Lei 20.733 autorizou o poder executivo a conceder subvenção econômica a favor da Companhia para cobertura do déficit de manutenção e cobertura das despesas com pessoal e custeio, fazendo com que a empresa pudesse operar no sistema do eixo anhanguera.

**(a3) Plano Emergencial**

O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia - Set, o qual Companhia é filiada, formalizou pedido junto ao Poder Concedente para obter auxílio emergencial, sendo que esse pedido foi para viabilizar todas as empresa do transporte coletivo de Goiânia e Grande Goiânia.

**(16-b) Custos dos serviços Prestados**

	2023	2022
Trafego (b1)	(51.066)	(69.472)
Manutenção	(24.856)	(26.895)
Setransp	(2.832)	(3.660)
	<b>(78.754)</b>	<b>(100.027)</b>

**(b1) Trafego**

	2023	2022
Pessoal	(15.288)	(18.941)
Materiais	(17.739)	(29.461)
Depreciação	(5.736)	(5.124)
Serviços de Terceiros	(8.889)	(10.489)
Consórcio REDMOB	(6.246)	(9.117)
	<b>(53.898)</b>	<b>(73.132)</b>

**(16-b2) Despesas administrativas**

	2023	2022
Salários, encargos Sociais e outras	(8.618)	(9.171)
Contingências Cíveis e Trabalhistas	(3.762)	(3.812)
Contingências Tributárias (b2.2)	-	(16.675)
Materiais diversos	(848)	(662)
Serviços de terceiros	(2.091)	(2.004)
Perdas no recebimento de créditos	-	-
Despesas tributárias	(1.005)	(1.194)
despesas não dedutível	(67)	(28)
Recuperação de despesas (b2.3)	(1.237)	18.092
Reversão de despesas (b2.4)	34.427	3.132
	<b>-19.273</b>	<b>(12.323)</b>

**(b2.1) Contingências Cíveis e Trabalhistas**

Houve uma redução das Contingências Tributárias, devido as baixas das ações de processos tributários, foi feito recurso administrativamente junto a Receita Federal do Brasil, sendo o Auto de Infração INSS Desoneração da folha 2017 e 2018, o qual recolhemos com base na Receita Bruta (CPRB). Tivemos uma fiscalização por parte da Receita Federal do Brasil, e no entendimento da fiscalização, por não ter recolhido a primeira parcela do mês de janeiro de 2017 e Janeiro de 2018 em dia, perderíamos o direito de recolher o INSS, sobre a desoneração, e passaria a ser recolhido 20 % sobre a folha de pagamento, obtivemos êxito no processo de 08/2018 a 12/2018, o que deve ocorrer com o outro processo 01/2017 a 07/2018, sendo objeto da mesma natureza, o qual deve seguir o mesmo fluxo.

**(b2.2) Outras Despesas e Receitas Opcionais Despesas**

Houve uma redução das contingências cíveis e trabalhistas, tendo em vista, que no ano de 2022 foi realizado um acordo cível, de grande relevância, com a dação de um terreno para quitação de um débito com a Suécia Veículos Ltda.

Houve um aumento em "outras receitas e despesas operacionais", tendo em vista principalmente, que foi realizado, reversões de contingências tributárias na baixa dos valores provisionados como possível, os quais alguns foram baixados e outros passaram a ser remoto, referente auto de infrações, do ISSQN e INSS desoneração da folha.

**(16-b3) Receitas/Despesas financeiras**

	2023	2022
Outras Despesas financeiras	(794)	(159)
Outras Receitas financeiras	1.792	128
	<b>998</b>	<b>(31)</b>

**17 -Receitas/Despesas não operacionais**

	2023	2022
Despesas Pessoal Cedidos (17-a)	(11.500)	-
Alienação de Bens (Prejuízo Venda de Imobilizado) (17-b)	(6.480)	-
Receita subvenção pessoal. Cedidos (17-c)	8.655	-
	<b>(9.325)</b>	<b>-</b>

17-a) As despesas com os funcionários a disposição (Cedidos), são em função dos dispêndios ocorridos a partir de outubro/2023 gerou um custo de 11.500 Mil, porém os mesmos encontram-se à disposição de outros órgãos do Estado de Goiás, mas com ônus da despesa da estatal Metrobus.

17-b) Quanto ao valor da alienação de bens do Imobilizado (Sucata de 43 ônibus), cujo valor de venda foi de 698 mil, e como o valor da aquisição do bem foi maior que a depreciação do período, com isso gerou prejuízo na venda no montante de 6.480 Mil.

17-c) Gerando um prejuízo dos recursos recebidos de subvenção econômica, foram gastos R\$ 8.655 com folha de pagamentos dos funcionários contratados pela Metrobus Transporte Coletivo S.A. os quais se encontra a disposição de órgãos do Estado, mas que os vencimentos dos mesmo são recebidos na empresa de origem, ficando apenas as gratificações de função desses colaboradores a cargo da empresa, que os mesmos estão à disposição de outros órgãos.

**18 - Patrimônio Líquido**

	2023	2022
Capital Social	221.702	221.702
	<b>221.702</b>	<b>221.702</b>

**(a) Capital autorizado**

A companhia estava autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 224.493 Milhões, mediante deliberação do conselho de administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preços de emissão. Esse valor equivale a uma quantidade total de 224.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1, por ação, sendo que o prazo para integralização do Capital Social era até 25/01/2018, como não houve a integralização, foi concedido um novo prazo de 24 meses para integralização do referido Aumento de Capital que se encerrou em 25/01/2020, sendo estornado da conta Capital Social a realizar o valor não integralizado de R\$ 2.790 Milhões, a última deliberação de Aumento de Capital para o Companhia.

**(b) Capital subscrito e integralizado**

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 221.702 Milhões.

**Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalente caixa, contas a receber e contas a pagar fornecedores.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

**Ativos financeiros**

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	852	26.869
Contas a receber	12.717	9.615
	<b>3.569</b>	<b>36.579</b>

**Passivos financeiros**

	2023	2022
Fornecedores	159	3.485
Contas a pagar	4.948	11.848
	<b>5.107</b>	<b>15.334</b>

**18 (a) Instrumentos Financeiros:**

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.

**(a) Gerenciamento de riscos:**

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa, advindo da subvenção econômica, quando necessária, seja suficiente para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

**Impactos econômicos -financeiros – prestação de serviços considerado essencial**

A atividade operacional da Companhia é considerada essencial, portanto, continua operando com a prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros na região de Goiânia e região Metropolitana de Goiânia.

Em atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não é possível identificar alteração significativa nas atividades. Portanto, continua permanentemente avaliando a evolução da crise e os impactos que poderão ocorrer para isso, avalia que eventuais ajustes poderão ser necessários no futuro.

**19 - Dependência Econômica e Financeira pelo Controlador Estado de Goiás**

A partir de 2021, a condição de dependência financeira da Metrobus, materializada pelo recebimento do ente controlador de recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal e custeio em geral, nos termos do art.2º, III, da Lei Complementar nº 101/2000, fez com que o Estado de Goiás incluisse a Metrobus em suas projeções de despesas no âmbito da LOA - Lei Orçamentária Anual 2023, nos termos da Lei nº 20.968/21 e Decreto nº 9.836/21, fazendo com que houvesse a efetiva integração do estatal no orçamento público estadual. Dessa forma, a Companhia torna-se dependente do Estado de Goiás com a sua inclusão no orçamento fiscal do Estado e, com essa dependência a companhia realizou inovação em todo sistema Administrativo, Financeiro e Contábil.

Em 02 de maio de 2023 a empresa passou a fazer parte da CUTE (Conta Única do Tesouro Estadual), onde todos recursos financeiros da companhia foram transferidos para o Tesouro Estadual, conforme a Lei Complementar 121/2015.

A Administração declara que aprovou e está de acordo com as Demonstrações Contábeis apresentadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**FRANCISCO CALDAS**

Diretor Presidente

**ANTÔNIO MÁRCIO MIGUEL**

Superintendente Financeiro/Contábil

**MIGUEL ELIAS HANNA**

Diretor Financeiro

**VALDIVINO CORREIA DA SILVA**

Contador CRC/GO nº 9410

**PARER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo: Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, a Demonstração de Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Com base no Relatório da Auditoria Independente (Parecer), concluíram que os documentos

